

**MOISÉS DE LEMOS MARTINS**

moiseslmartins@gmail.com

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
(CECS), Universidade do Minho, Portugal**

## **A BIBLIOTECA DE BABEL E A ÁRVORE DO CONHECIMENTO**

### **RESUMO**

A ideia de *logosfera* surgiu, à primeira vista, enquanto força que irradia conhecimento absoluto e comunicação universal, como que prolongando o sonho das comunidades científicas de todas as épocas. Mas tal não passa de um equívoco. O que há é um efeito de mobilização, dos trabalhadores para a competitividade no mercado. Além disso, o imperativo tecnológico da teoria da informação dispensa o imperativo ético da racionalidade comunicativa. O esquema informativo vem agora ajustar o homem à tecnologia informativa, sendo seu propósito reduzir as perdas de mensagem. Às novas tecnologias de informação ouvimos chamar-lhes “tecnologias limpas”, numa expressão que mistura a admiração e o deslumbramento e que contraria as “tecnologias velhas”, poluentes, capazes do debaste. Porém, Gianni Vattimo (1991) vislumbra aqui algo menos “limpo”: as novas tecnologias da informação caracterizam esta sociedade não como mais transparente, nem como mais consciente de si ou mais iluminada, mas como uma sociedade mais complexa, até caótica. E, também para Virilio (2000), o que há é uma mudança radical na nossa cultura ao deslocarmos-nos dos átomos para os bits. Passamos do espaço da matéria ao tempo da luz. Esta desmaterialização contraria a nossa visão da violência, tradicionalmente centrada na carne e no sangue. Mas não dissolve a violência. Nem a supera. Não há, de modo nenhum, transparência humana, nem harmonia ecológica, na racionalidade informativa.

### **PALAVRAS-CHAVE**

tecnologias; informação; internet; racionalidade tecnológica

Estamos a abandonar a logosfera, reino do manuscrito e da escrita, e a entrar no admirável mundo da eletrónica e dos hipermedia. Vai ficando para trás o mundo da representação, da presença e da edição crítica, com todos os mitos e rituais da escrita que nos precederam. Inexorável, emerge à nossa frente um Novo Mundo, cuja virtualidade e simulação, como espaço/não-espaço (utopia), temos de praticar. (Mourão, 1997, p. 253)

## UM CONHECIMENTO ABSOLUTO E UMA COMUNICAÇÃO UNIVERSAL<sup>1</sup>

Quando, há não muito tempo, António Fidalgo abandonou a *logosfera* pela porta da eletrónica e dos hipermedia e nos deu a visão de uma comunidade científica universal, a ser instaurada pelas novas tecnologias da informação, fê-lo de uma forma absolutamente surpreendente. O espírito que animaria este novo mundo da sociedade da comunicação generalizada era medieval e também iluminista. Depois de um longo período de gestação nas universidades medievais e nas academias do iluminismo, o espírito, totalmente livre, da circulação de ideias, saberes e pessoas, que universaliza a ciência e a comunidade científica, irradiaria agora por todo o universo como uma bem-aventurança, soprado pelos novos meios de comunicação (Fidalgo, 1996).

Na Idade Média, criaram a universidade, os manuscritos gregos e árabes, que haviam seguido para Oriente com os cristãos heréticos (monofisitas e nestorianos) e com os judeus perseguidos por Bizâncio. Por muitos anos, refugiados nas escolas e nas bibliotecas muçulmanas, Aristóteles, Euclides, Ptolomeu, Hipócrates, Galiano, regressavam agora à Europa e colocavam-na em permanente sobressalto, não mais dando tréguas à ordem das ideias. As universidades competiam entre si pelo ensinamento das obras pagãs, comentavam filosofias e cosmologias que contrariavam a verdade dogmática da Igreja, e os estudantes e os mestres andavam num corruípo intelectual, circulando à (a)ventura numa Europa unida pela religião e pela língua. Nos séculos XVII e XVIII, pelo debate das ideias e pelo patrocínio de jornais científicos, as academias divulgaram o paradigma científico moderno, de Copérnico, Galileu, Leibniz e Newton. Os serviços postais tiveram então grande desenvolvimento, e os homens do Iluminismo fizeram largo uso dos serviços da malaposta. Voltaire terá escrito cerca de 20.000 cartas e Leibniz umas 15.000. O Latim ainda permanecia como

<sup>1</sup> Texto original de 1998 (Martins, 1998).

língua franca, embora fosse crescente a influência do Francês, que por momentos pôde ocupar o espaço que é hoje da língua inglesa. Universalização da ciência e da comunidade científica, fora já esse o sonho das universidades medievais e das academias iluministas. Mas a abrir-lhe as portas estariam os novos meios de comunicação, afinal de contas, os diferentes serviços da internet, as novas tecnologias de informação, que a associação das telecomunicações e da informática tornou possíveis: o correio eletrónico (email), o protocolo de transferência de ficheiros (ftp), a ligação remota a computadores (telnet), e sobretudo a rede em hipertexto (*world wide web*). Realização dos mitos que a “árvore do conhecimento” e Babel figuram na nossa tradição judaico-cristã, a internet aparece então com a vertigem do conhecimento absoluto e da comunicação universal, prolongando o sonho das comunidades científicas de todas as épocas, que fizeram das bibliotecas o último reduto dessa esperança indefinidamente adiada. E na verdade, quando em 1941, Jorge Luís Borges escreveu “A biblioteca de Babel”, a biblioteca era já o computador moderno, uma espécie de máquina-universo, que “existe *ab aeterno*” e cujo “número de símbolos ortográficos é de 25” (Borges, 1941, p. 128). Sobre os cacos de Babel e a memória do Jardim do Éden, a biblioteca figurada por Borges fazia já adivinhar a biblioteca universal hipertextual, que a digitalização e as telecomunicações tornam hoje possível. Universal, porque biblioteca virtual de todos os documentos guardados em todas as bibliotecas do mundo, a rede espalha-a, *urbi et orbi*, de modo que ela também existe em Portugal, e está à nossa disposição do Minho ao Algarve, através dos seus servidores.

## CORPOS DÓCEIS E ÚTEIS

Talvez não passe, no entanto, de um equívoco unanimizante e homogeneizador, tanto sobre a natureza do conhecimento, como sobre a natureza da comunicação, a ideia de um conhecimento universal, comunicado universalmente através das novas tecnologias informativas. É o que acontece quando a razão comunicativa se esgota na lógica da razão informativa. O imperativo tecnológico da teoria da informação dispensa o imperativo ético da racionalidade comunicativa, dispensa a razão do “outro” (Dussel, 1994), que preside à participação e à comunicação do conhecimento, dispensa o “corpo”, que é preciso dar à comunidade (Bougnoux, 1993). E há mais, há que denunciar também a ideia de comunicação que é alienada pela razão liberal, como se, espaço aberto a quem nele queira entrar, o discurso fosse de livre participação, na única condição de exibirmos suficiente talento e

mérito. Bem o sabemos, do que geralmente se trata quando falamos de participação no trabalho, de cultura e de identidade nas empresas, de comunicação nas organizações, é da mobilização dos trabalhadores para a competitividade no mercado. O mercado sim é que é lei, e não as efetivas relações de comunicação, exercidas nas condições concretas de um dado campo social. Efetivas relações de comunicação, quero dizer, a abertura a uma comunidade de corpos “reais”, onde o tempo do “outro” se impõe como uma exigência ética (Martins, 1997). E da mesma maneira, é ainda uma questão de mobilização tecnocientífica (eletrônica), da comunidade científica para a competitividade no mercado, a proposta de uma comunicação universal do conhecimento. A racionalidade informativa funda-se na relação entre um locutor que utiliza uma expressão e um destinatário que a compreende. E este ponto de vista é por demais tributário de uma teoria da informação “ao serviço das companhias telefônicas” (Geninasca, 1991, p. 12). A clássica teoria matemática da informação de Shannon e Weaver preocupa-se, fundamentalmente, com a transmissão de mensagens, e especificamente com a neutralização e a compensação de ruídos. Não se preocupa com a interação (entendida como interrelação de sujeitos concretos, com interesses precisos, em condições específicas de espaço e de tempo, o que quer dizer, seguindo as linhas de força de um determinado campo social). Em meu entender, é no desenvolvimento desta lógica informativa, formalista, tecnoinstrumental, que se compreende a revolução informática, telemática e de digitalização interativa, atualmente em pleno curso. A racionalidade informativa apoia-se em sofisticados aparelhos, quer de captação de imagem e de teledeteção, quer de telecomunicação por ondas hertzianas, por cabo ou por satélite, e inunda o planeta com um fluxo contínuo e gigantesco de mensagens sonoras e visuais. No entanto, o esquema locutor-destinatário apresenta-se como uma mera razão instrumental universal, que apenas dá a ideia de trazer um novo fôlego à ideologia do progresso. É essa a lição a tirar do mundo das organizações industriais e das tentativas feitas por Taylor, Ford e Fayol, no começo deste século, para o racionalizar. Dividindo o trabalho em tarefas concretas e mecanizando o operário na única tarefa que lhe atribuía, o esquema da *organização científica do trabalho* ajustava o homem à máquina, tendo em vista evitar as perdas de tempo. Podemos dizer, por analogia, que o esquema informativo vem agora ajustar o homem à tecnologia informativa, sendo seu propósito reduzir as perdas de mensagem. O paradigma informativo é assim um projeto de modernidade, um projeto racionalizador. Racionalizador do espaço e racionalizador do tempo.

## O TEMPO DA LUZ E A SUA VIOLÊNCIA

Talvez seja o fenómeno da globalização do tempo (conhecer tudo mais depressa, conhecer tudo já, conhecer tudo imediatamente), a principal característica da nossa modernidade. É ela que nos dá a ilusão da vizinhança global. E os principais fatores de globalização do tempo talvez sejam a mobilidade da tecnologia e a mobilidade da informação, ao lado sem dúvida de outros fatores, como a mobilidade dos transportes e a mobilidade dos recursos económicos e financeiros. As novas tecnologias da informação e as chamadas autoestradas da informação constituem hoje os grandes ídolos da nossa modernidade. Ouvimos chamar-lhes “tecnologias limpas”, numa expressão que mistura a admiração e o deslumbramento. As tecnologias da primeira e da segunda revolução industrial conhecemo-las bem: são poluentes e procedem por desbaste (de montanhas, florestas, oceanos e rios). Quanto às novas tecnologias informativas, como que seriam exatamente o contrário: produziriam mensagens sonoras e visuais nas mais perfeitas harmonias ecológicas e transparência humana. A tese de que a computadorização produz a ideologia da transparência comunicacional e desencadeia o declínio das grandes narrativas e a crise de legitimidade (o que quer dizer, de autoridade) data de *La condition postmoderne*, de Jean-François Lyotard (1979). Entretanto, Gianni Vattimo (1991) introduz uma nuance: as novas tecnologias da informação caracterizam esta sociedade não como mais transparente, nem como mais consciente de si ou mais iluminada, mas como uma sociedade mais complexa, até caótica, sendo precisamente neste relativo caos que residem as nossas esperanças de emancipação. Há, é verdade, uma mudança radical na nossa cultura ao deslocarmos-nos dos átomos para os bits. Paul Virilio (2000, p. 25) caracteriza esta deslocação como a passagem “do espaço da matéria ao tempo da luz”. O que quer dizer que há uma desmaterialização da relação homem-máquina. Esta desmaterialização contraria a nossa visão da violência, tradicionalmente centrada na carne e no sangue. Mas não dissolve a violência. Nem a supera. Não há, de modo nenhum, transparência humana, nem harmonia ecológica, na racionalidade informativa. Não há o retorno a um “novo humanismo”.

Gostaria de me ater, por uns momentos, a este “tempo da luz” e à sua violência “desmaterializada”, interrogando, a título ilustrativo, a natureza da mensagem televisiva. É minha ideia que a mensagem é um efeito de visibilidade mediática, que impõe a exclusão e que procede por desbaste. Penso que a mensagem é o outro nome da notícia, o outro nome da atualidade, o outro nome da informação. E supõe um processo de escolha, de

seleção, que desbasta e exclui. A mensagem é uma estrela que nos ofusca e nos faz cegos na terra dos homens (cegos à exclusão e à desbastação). Digo que a mensagem é uma estrela reverberante que nos deslumbra e cega. E com efeito, notícia é Versace, Christian Dior, Valentino, e mais duas dúzias de criadores de moda. Notícia é Cláudia Schiffer, Elle Mcpherson, Naomi Campbell, e mais outras tantas dúzias de *top models*. Notícia é Ronaldo, Romário, Luís Figo, e mais uns tantos futebolistas. Notícia é Belmiro de Azevedo, Américo Amorim, Stanley Ho, e mais uma plêiade de empresários (neste último exemplo, cinjo-me, por comodidade, ao caso português). A notícia parasita e vampiriza a esperança de populações inteiras. A notícia desbasta o sonho de populações inteiras. Alimenta-se de todos nós que sonhamos com o caminho das estrelas, sem nada sabermos da usurpação, da confiscação e da desbastação. E depois, os centros difusores das notícias constituem uma restrita oligarquia. Os dois principais bancos de imagens alimentam a quasi-totalidade das estações de televisão do mundo. Mais de três quartos das informações da imprensa emanam apenas de cinco agências ativas no plano mundial (Associated Press, United Press International, Reuter, France Press e Tass). Diz-se que gerir informações é gerir poder. E com razão, porque gerir informação é gerir o tempo das pessoas, é ser seu guardião, é “colonizar-lhes o espírito”, na expressão de Edgar Morin (1983). Nesta medida, as novas tecnologias da informação são instrumentos de dominação. Pode dizer-se também que o fenómeno da globalização do tempo vai a par com o fenómeno da inversão do seu conceito. O que é, por exemplo, manifesto na inversão da experiência que pobres e ricos têm da temporalidade. Podemos assim dizer que o estilo de vida dos verdadeiros ricos do nosso tempo em nada se assemelha ao estilo de vida dos ricos de antigamente. Sempre a correr de aeroporto em aeroporto, a uma velocidade cada vez mais vertiginosa, conectados em permanência com as bolsas de Nova Iorque, Tóquio, Frankfurt, Londres e Paris, os nossos grandes homens de negócios não têm tempo para nada nem para ninguém. A pressa impede-os de ver os outros; e deste modo, fazem um caminho solitário. Escravos do tempo que não têm, dir-se-ia que constituem a prova clamorosa de um crime de confiscação e usurpação do tempo. Não era assim antigamente. Rico era aquele que tinha todo o tempo do mundo. E com todo o tempo que tinha, podia gozar os prazeres da vida, conviver com os seus iguais... podia mesmo ser generoso. Com os pobres deu-se um processo inverso. Trabalhando de sol a sol, e também pela noite dentro, com uma prole numerosa para sustentar, o pobre não tinha tempo para nada. A sobrevivência era para si um pesado e absorvente encargo.

O que não acontece hoje. Ao pobre sobra-lhe agora o tempo todo, para morrer aliás a todo o momento. E é um eufemismo falar de “bolsas de pobreza”, porque os pobres são uma multidão que alastra assustadoramente no mundo. As Ciências Sociais criaram, em sua intenção, a categoria de excluídos. Excluídos da vida. Excluídos dos circuitos do progresso.

## O CORPO “REAL” E O TEMPO DO OUTRO

Não querendo, de modo algum, inscrever a minha voz no coro que se levanta em alarido crescente contra a dissolução dos fundamentos do mundo moderno, diabolizando a técnica e dando mecha às cruzadas antitecnológicas, tecnófobas, avessas a computadores, entendo, no entanto, que a racionalidade tecnológica é um projeto da modernidade, que racionaliza o espaço e o tempo, e nos normaliza. Por um lado, anula e compensa ruídos, ajustando o homem à máquina, de maneira a evitar perdas de mensagem. Por outro, globaliza o tempo, impondo-nos a ilusão de uma vizinhança global: banaliza todas as misérias deste mundo, ofusca-nos com o brilho de sonhos que nos vampirizam a alma e produz o conformismo. Era Borges quem escrevia em “A biblioteca de Babel”: receio que “a espécie humana – a única – esteja quase a extinguir-se, e que a Biblioteca perdue: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, recheada com volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta” (Borges, 1941, p. 128). Iluminada, solitária, infinita. Inútil, incorruptível, secreta. É verdade que a ideia de Borges tem muitos contraditores. Não falta quem entenda que é pública e profana a nova cultura de uma escrita transportada pela eletricidade. Ao entrar na internet pelo ecrã digital, a nova escrita ter-se-ia libertado do templo, do cânone e das autoridades, furtando-se à legalidade da instituição. E seria interativa: a nova escrita eletrónica não seria meramente informativa; seria também interativa. Seria escrita de movimento, de engendramento, de transformação: múltipla, pública, espetacular, imaterial. No ciberespaço hipertextual, a escrita conteria a sua própria transformação visual e emocional (Mourão, 1997). Mas nesta imaterialidade da luz, nem a nova escrita, nem a nova comunidade informativa, têm um corpo “real”, o tempo do “outro”, a exigência ética. Talhada à medida cognitivo-instrumental e própria da filosofia da consciência, a racionalidade informativa é uma “racionalidade teleológica”, que dispensa a “razão comunicacional”, que dispensa o carácter argumentativo da racionalidade, ou seja, o moralmente prático e o esteticamente expressivo (Habermas, 1990, p. 291). Hoje, não há limites que possamos erguer contra a capacidade de fazer: o imperativo

tecnológico legitima-se pela potência. E não é excessivo dizermos, neste contexto, que a racionalidade informativa tecnológica alimenta um desígnio de homogeneização universal, impondo ao planeta uma razão macrocéfala e total.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

## REFERÊNCIAS

- Bougnoux, D. (1993). *Sciences de l'information et de la communication (textes essentiels)*. Paris: Larousse.
- Borges, J. L. (1941). A biblioteca de Babel. In G. Gharbonnier (Ed.), *Entrevistas com Jorge Luís Borges* (pp. 125-138). Lisboa: Europa. América.
- Dussel, H. (1994). La razón del otro. La 'interpelación' como acto-de-abela. In H. Dussel (Ed.), *Debate en torno a la ética del discurso de Apel* (pp. 55-89). Madrid: Siglo Veintiuno de España Ed.
- Fidalgo, A. (1996). Os novos meios de comunicação e o ideal de uma comunidade científica universal. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-novos-meios.pdf>
- Geninasca, J. (1991). Du texte au discours littéraire et à son sujet. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 10(11), 9-34.
- Habermas, J. (1990). *Aporias de uma teoria do poder. O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Liotard, J. F. (1979). *La condition postmoderne*. Paris: Minuit.
- Martins, M. L. (1997). Vontade e representação no discurso. A cultura organizacional como modo de enunciação. *Cadernos Noroeste*, 10(1), 215-225. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24103>
- Martins, M.L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento. *O Escritor*, (11-12), 235-240. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30068>
- Morin, E. (1962/1983). *L'esprit du temps*. Paris: Grasset.



Mourão, J. A. (1997). *Para uma poética do hipertexto – a ficção interactiva*. Lisboa: Edições Universitárias.

Vattimo, G. (1991). *A sociedade transparente*. Lisboa: Ed. 70.

Virilio, P. (2000). *A velocidade de libertação*. Lisboa: Relógio D'água.

Citação:

Martins, M. L. (2020). A biblioteca de babel e a árvore do conhecimento. In J. P. Neves; P. R. Costa; P. de V. Mascarenhas; I. T. Castro de & V. R. Salgado (2020), *Eu sou tu. Experiências ecocríticas* (pp. 249-257). Braga: CECS.